

11635 - Avaliação Econômica de Atividades Agrícolas e Transferência de Renda (aposentadoria rural)¹

Economic Assessment of Agricultural Activities and Income Transfer (rural pension)

PORTO, Vania Christina Nascimento¹; DIAS, Nildo da Silva¹; LIRA, Raniere Barbosa²; BRITO, Raimundo Fernandes³; SOUSA NETO, Osvaldo Nogueira⁴.

¹Professores da Universidade Federal Rural do Semi árido. nildo@ufersa.edu.br, vania@ufersa.edu.br.

²Mestre em Ciência do Solo, Bolsista do Núcleo de Agroecologia da UFRSA/ Projeto Financiado pelo CNPq. ranierbarbosa@bol.com.br; Mestre em Ciência do Solo haranha1@hotmail.com. Mestrando em Ciência do Solo pela Universidade Federal Rural do Semi árido. neto2006osvaldo@ahoo.com.br.

Resumo: Este estudo aborda a renda econômica dos assentados fazendo referência às diferentes atividades agrícolas e não agrícolas para entender as estratégias de sobrevivência da Agricultura Familiar a partir da sua unidade de produção e suas relações com as políticas públicas (Aposentadoria rural). Foram agrupadas as famílias de acordo com atividades de produção e atividades não agrícolas. A tipologia de produtor foi denominada de (Agricultor familiar com atividades agrícolas e transferência de renda (aposentadoria rural), representado por P₁.

Palavras-Chave: Agroecologia, assentamento rural, pluriatividade, renda.

Abstract: *This study addresses the economic quality of life of the settlers by making reference to the different agricultural and nonagricultural activities to understand the strategies of survival offamily farming from its production facility and its relations with thepublic policy (Retirement Rural). Families were grouped according to production activities and non-agricultural activities. The typologywas named producer (farmer familiar with agricultural activities and income transfers (the rural pension), represented by P1.*

Key words: *agroecology, rural settlement, pluriactivity, ratio.*

Introdução

Os assentamentos rurais representam um fato novo e importante na história recente da luta pela democratização do acesso à terra no Brasil. Trata-se de um universo amplo, formado por mais de cinco mil projetos e mais de quinhentas mil famílias bastante diversificado e espalhado por todas as regiões do país. Mais do que representar a etapa final de uma longa jornada pela conquista da terra, a constituição dos assentamentos significa a abertura de novos horizontes de vida e de trabalho. Esta novidade representada pelos assentamentos situa-se num período repleto de mudanças, inclusive, na visão sobre o rural e de ser lugar num projeto nacional, o que torna ainda, mais complexo e importante compreender seus impactos (LEITE et al, 2004).

Os assentamentos vêm possibilitando, portanto, o acesso à propriedade da terra por parte de uma população historicamente excluída, e que, embora mantendo algum tipo de inserção no mercado de trabalho, o fazia em condições bastante instáveis e precárias (HEREDIA et al, 2002).

A existência dos assentamentos enquanto unidades territoriais e administrativas, que são referência para políticas públicas, trazem em si modificações na zona rural em que eles

estão inseridos. É possível cogitar que, em muitos casos, a criação dos assentamentos, resultou em ampliação das demandas de infra-estrutura (estradas, escolas, postos de saúde, energia elétrica, crédito, etc.), e em pressão sobre os poderes públicos locais e estaduais responsáveis pela prestação de vários desses serviços (HEREDIA et al, 2002).

No que se refere ao Nordeste, um dos problemas encontrados é que os projetos de assentamento implantados não levam em conta a fragilidade do bioma da caatinga, não existindo maiores preocupações com a escassez de recursos naturais, visto que os lotes apresentam a menor área média, em torno de 17 ha. (enquanto no Centro-Oeste é de 84 ha.) (BUAINAIN, et al 2003). Além disso, ressalte-se a não preocupação com as terras desapropriadas que geralmente são terras originárias de grandes empresas falidas consideradas improdutivas. Postula-se que estas terras são improdutivas devido a diversos fatores, dentre estes, o solo, pois o mesmo não apresenta fertilidade suficiente para que se possa investir na produção agropecuária.

Diante disso, os trabalhadores buscam a sua sobrevivência no extrativismo generalizado e em programas de distribuição de renda (bolsa famílias e outros), não respeitando a capacidade natural de renovação, o que é intensificado durante as épocas de estiagens prolongadas. É necessário, entretanto, identificar os limites físicos nesses ambientes, a fim de garantir a preservação dos recursos e a própria permanência desses colonos nas áreas (FRANCELINO, et al 2005).

É necessário que se revejam às organizações dos assentados no que diz respeito à qualidade de vida e que se busque construir uma comunidade nos assentamentos que crie condições para o desenvolvimento de pessoas mais fraternas, solidárias, trabalhadoras, com forte compromisso com a terra e com a luta do povo e que carregue sempre consigo a bandeira da esperança de uma sociedade justa e igualitária para todos.

Metodologia

A área de Pesquisa foi o Assentamento Moaci Lucena que está localizado no município de Apodi na microrregião da Chapada do Apodi, na Zona Oeste do Estado do Rio Grande do Norte, distante a 375 km da capital Natal.

Neste estudo de caso analisaram-se os dados primários coletados durante a pesquisa de campo realizada no Assentamento Moacir Lucena. A referência temporal para o levantamento dos dados foi o ano agrícola de 2008.

A pesquisa abordou o método “Análise de Sistemas Agrários”, para análise e coleta de informações oriundas das leituras de paisagem, entrevistas históricas junto a informantes chave, e junto às famílias assentadas. Esse método é amplamente utilizado pela FAO e Universidades latino-americanas inspiradas nas reflexões e resultados de pesquisas levadas a efeito no Departamento de Agricultura Comparada e Desenvolvimento Agrícola do Instituto Nacional Paris-Grignon (INA-PG), atual AgroParisTech.

O método baseia-se na teoria sistêmica, através de pessoas progressivas que partem do geral (mundo, país, região) para o particular (municípios, comunidades, unidades de produção familiar). Estuda-se a unidade (micro), sem se afastar da visão do topo (macro). Na pesquisa de campo estudam-se as unidades de produção familiar (sistemas de produção/atividades), sem perder de vista a sua interação no entorno.

Agricultor familiar com atividades agrícolas e transferência de renda (aposentadoria e bolsa família) P₁ - A família do produtor P₁ é representada por sete adultos e três crianças, sendo que somente quatro pessoas foram estudadas nesta pesquisa. A aposentadoria é a principal fonte de renda juntamente com os programas de bolsa família ambos denominados de transferência de renda. A família composta por três aposentados, os dois filhos são casados e não tiveram os seus companheiros representados nessa pesquisa e nem as três crianças zero a três anos, também não foi identificado a participação deles na contabilização da Unidade de Trabalho Familiar - UTfs, o mesmo ocorreu a mãe do assentado por não apresentar lucidez.

Contabilizou-se 4 Unidade de Trabalho Familiar (UTf), conforme descrito na Tabela 1. Assim a ocupação da mão-de-obra por subsistema, distribui da seguinte forma: o assentado tem 45% no subsistema criação de bovinos, 40% no Roçado e 15% no quintal, seguido de sua esposa com 45% no roçado, 40% quintal e 15% na criação de bovino, em seguida a filha com 65% no subsistema quintal, 30% no subsistema de criação de bovinos e 5% no roçado. O filho tem 50% dedicado ao quintal, 30% ao roçado e 20% na criação de bovinos.

Tabela 1. Ocupação familiar por atividade do produtor - P₁

Subsistemas / atividades	UTf (assentado)	UTF (esposa)	UTf (filha)	UTf (filho)	UTf Total
SB Criação de Bovino	0,45	0,15	0,30	0,20	1,10
SB Roçado	0,40	0,45	0,05	0,30	1,20
SB Quintal	0,15	0,40	0,65	0,50	1,70
Renda Não agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Fonte: Pesquisa de campo nov. de 2009.

Na Tabela 2 pode verificar a Renda Agrícola – RA anual de R\$ 19.820,00, com uma renda agrícola mensal de R\$ 1.651,67 por ser uma família composta de cinco pessoas a renda per capita mês é de R\$ 330,33.

O indicador RA/UTf que representa a produtividade do trabalho foi calculada em R\$ 4.955,00/ano e R\$ 412,92/mês. Das atividades agrícolas, o roçado é o que maior representa a produtividade do trabalho com R\$ 1015,83, seguido do subsistema criação de bovinos com R\$ 227,27. Quanto à relação Renda Agrícola e Área (ha), que mostra a produtividade por área cultivada o Roçado se mantém na primeira posição.

Tabela 2. Produtividade dos subsistemas do P₁

Subsistema	Área (ha)	UTf	RA (R\$)	RA/ha (R\$)	RA/UTf (R\$)	RA/ha/UTf (R\$)
SB Criação de Bovino	19	1,10	250,00	13,16	227,27	11,96
SB Roçado	7	1,20	1219,00	174,14	1015,83	145,12
SB Quintal	0,32	1,70	0,00	0,00	0,00	0,00
Renda Não agrícola	0	0	18360,00	18360,00	18360,00	18360,00
TOTAL	26,32	4,00	19820,00	753,04	4955,00	188,26

Fonte: Pesquisa de campo nov. de 2009.

Quanto à composição percentual da renda familiar do produtor P₁, 92,63% da renda origina-se de aposentadoria rural e programas social do governo federal (bolsa família), por outro lado a renda agrícola – RNA é composta de apenas 7,37% na participação econômica da família. Com base nessa composição da renda familiar, verifica-se que as atividades agrícolas geram renda bastante inferior as transferências governamentais, que se constituem como sendo a principal fonte de renda.

A Tabela 3 representa o percentual de renda agrícola e não agrícola, mostrando a composição da renda por subsistemas das atividades agrícolas e não agrícolas que geram renda. Entre os subsistemas agrícola o que mais contribuiu para a RA foi o subsistema roçado, com participação de 6,15%. Em seguida vem o subsistema bovino, representando 1,26% da renda, o subsistema quintal que não têm nada de exploração, nem para o autoconsumo, realidade esta não muito comum no campo.

A RNA provém de aposentadoria, recebida por três membros da família e de bolsa família de três crianças. Embora não se observe o fenômeno da pluriatividade, nessa família, a participação da renda não-agrícola oriunda das transferências governamental é bastante considerável e financia a o custeio da família. Além de possibilitar aos membros dessa família, a prática da produção agrícola gerando renda e produção alimentar para o consumo de subsistência. Silva (2008) diz que as rendas provenientes das transferências governamentais também são relevantes para a manutenção dos sistemas de produção/atividades. Além disso, o fato de se organizarem, de forma a disponibilizar parte de sua mão-de-obra para atividades não agrícolas e vendas diárias, possibilita às famílias auferirem uma maior renda familiar.

Tabela 3. Composição da renda familiar do produto – P₁

Renda agrícola e não-agrícola	Renda (R\$)	Renda (%)
Renda agrícola	1460,00	7,37
Renda não-agrícola	18360,00	92,63
Renda familiar total	19820,00	100
Composição da renda	Renda (R\$)	Renda (%)
Renda Não agrícola	18360,00	92,63
SB Roçado	1219,00	6,15
SB Criação de Bovino	250,00	1,26
SB Quintal	0,00	0,00

Renda Familiar Total	19820,00	100,00
----------------------	----------	--------

Fonte: Pesquisa de campo nov. de 2009.

Referências bibliográficas

FILHO, J. A. de A. Manipulação da vegetação da caatinga para fins pastoris. In: WORKSHOP DE MANEJO DE LA VEGETACIÓN NATIVA PARA PRODUCCIÓN DE RUMIANTES MENORES EM LATINOAMERICA, 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Embrapa Caprinos/ICARDA. 13 p. CD ROM.

COUTO FILHO, Vitor de Athayde. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: MDA/NEAD, Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 200p, (NEAD especial, v.9).

INCRA/FAO. **Guia metodológico: diagnóstico de sistemas agrários**. Brasília: INCRA/FAO - Projeto de Cooperação Técnica, 1999. 58p.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. <http://www.ibama.gov.br> (acessado em 10/12/2009).

LUNZ, A. M. P.; FRANKE, I. L. **Princípios gerais e planejamento de sistemas agroflorestais**. Rio Branco: Embrapa-CPA/AC, 1998 a. 26p. (circular Técnica, 22).

SILVA, Edna Maria da. Pluriatividade e renda familiar na região casqueira: o caso do PASJ, Uruçuca, Bahia/Edna Maria da Silva_Salvador, 2008. 203 f.: il.: graf.; tab.; flux. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Ciências Econômicas, 2008.